

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SERGIPE – SENAI-DR/SE

CNPJ nº 03.795.415/0001-97

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Findas em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais)

1. Contexto operacional

O **Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI-DR/SE**, organizado e administrado pela CNI - Confederação Nacional da Indústria, nos termos do Decreto - Lei nº 4.048/42, Entidade de direito privado, gestora de contribuições sociais, nos termos dos artigos 149 e 240 da Constituição Federal de 1988, tem por objetivo:

- a) Realizar, em escolas instaladas e mantidas pela Instituição, ou sob forma de cooperação, a aprendizagem industrial a que estão obrigadas as empresas de categorias econômicas sob sua jurisdição, nos termos de dispositivo constitucional e da legislação ordinária;
- b) Assistir os empregadores na elaboração e execução de programas gerais de treinamento do pessoal dos diversos níveis de qualificação, e na realização de aprendizagem metódica ministrada no próprio emprego;
- c) Proporcionar, aos trabalhadores maiores de 18 anos, a oportunidade de completar, em cursos de curta duração, a formação profissional parcialmente adquirida no local de trabalho;
- d) Conceder bolsas de estudo e de aperfeiçoamento e a pessoal de direção e a empregados de excepcional valor das empresas contribuintes, bem como a professores, instrutores, administradores e servidores do próprio SENAI;
- e) Cooperar no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas de interesse para a indústria e atividades assemelhadas.

O Decreto nº 494, de 10 de janeiro de 1962, aprova o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, atualizado pelo Decreto nº 6.635 de 05 de novembro de 2008.

O SENAI Departamento Regional de Sergipe, é inscrito no CNPJ sob nº 03.795.415/0001-97, sediado na Avenida Carlos Rodrigues da Cruz, 826, Bairro Capucho, CEP 49081-015, Aracaju - SE.

O SENAI é hoje, um dos mais importantes polos nacionais de geração e difusão de conhecimento aplicado ao desenvolvimento industrial, atendendo as diversas áreas por meio da prestação de serviços, através da Educação Profissional e Serviços Técnicos e Tecnológicos.

O SENAI/DR-SE criado através da Ordem de Serviço nº 11/48, faz parte da história de Sergipe desde 1945, quando inaugurou o seu primeiro Centro de Formação Profissional em Aracaju, hoje CET "Coelho e Campos". Atualmente conta com 04 (quatro) Centros de Educação e Tecnologia e 18 (dezoito) Unidades Móveis, que atendem a todo estado de Sergipe.

2. Apresentação e base de preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Contábeis aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), segundo as peculiaridades do Plano de Contas e Manual de Padronização do Sistema Indústria, aprovado pelo Conselho Nacional do Serviços Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, em consonância com a Lei nº 4.320/64, e da Lei Complementar nº 101/2000.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para a emissão pela Gerência de Controladoria.

2.2 Conjunto de demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis compõem-se dos seguintes demonstrativos:

- ✓ Balanço Patrimonial;
- ✓ Balanço Orçamentário;
- ✓ Balanço Financeiro;
- ✓ Demonstração das Variações Patrimoniais;
- ✓ Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- ✓ Demonstração das Mutações Patrimônio Social;
- ✓ Demonstração do Resultado Abrangente;
- ✓ Demonstração do Resultado do Exercício; e
- ✓ Notas Explicativas.

2.3 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do SENAI-DR/SE e, quando existentes, operações em moeda estrangeira são convertidas para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Ganhos e perdas resultantes do processo de conversão, quando existentes, são alocados no resultado do período.

2.5 Benefícios a empregados

A Entidade não concede benefícios pós-emprego, como por exemplo complemento de aposentadoria.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração utilize estimativas e adote premissas objetivas e subjetivas, para determinar os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado, provisão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, provisões para desembolsos originados de processos administrativos e judiciais. Os resultados reais das transações envolvendo essas estimativas podem divergir dos valores apresentados. A Administração da Entidade revisa essas estimativas periodicamente.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis e de apresentação adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1. Caixa e Equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. A administração da Entidade mantém suas aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa, por se tratar de aplicações em fundos de investimentos e títulos de renda fixa (CDB), com resgate imediato.

3.2. Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

As aplicações financeiras de liquidez imediata, quando existentes, são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

3.3. Créditos a receber de clientes

São demonstrados pelos valores de realização e referem-se aos valores a receber em contrapartida dos serviços prestados para pessoas físicas e jurídicas, nas áreas de educação e serviços técnicos e tecnológicos, sendo demonstrados pelos valores de realização.

Os contratos firmados com clientes foram mantidos com entregas no prazo, sem descontinuidade ou alterações de escopo.

3.4. Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A perda estimada em crédito de liquidação duvidosa, é constituída de acordo com o normativo interno da Entidade, o qual determina a constituição de provisão para perda na razão de 100% (cem por cento), para os títulos vencidos há mais de 180 dias. Para os títulos com vencimento inferior a 180 dias, a provisão, quando necessária, é constituída com base em dados históricos de cada cliente, em montante considerado suficiente pela Administração, para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

A Entidade revisa periodicamente suas perdas históricas e a posição atualizada de clientes e faturas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis.

3.5. Adiantamentos

Referem-se à adiantamentos de salários, férias, 13ºsalário, adiantamentos de viagens, adiantamentos a terceiros e adiantamentos para realização de despesas de pronto pagamento.

3.6. Departamento Conta Movimento

Referem-se as transações financeiras entre o SENAI/DR-SE e Departamentos Regionais do SESI em outros Estados.

3.7. Receitas a Receber

Representam as receitas de contribuições compulsórias (direta e indireta) e dos auxílios mínimo e especial, reconhecidas pelo regime de competência e não recebidas até a data do balanço.

3.8. Sistema Indústria – Conta movimento

Referem-se ao valor das operações compartilhadas entre as Entidades do Sistema Indústria.

3.9. Contas correntes ativas e passivas

Referem-se aos valores ativos e passivos, decorrentes das transações realizadas entre o SENAI DR/SE e as demais Entidades do sistema indústria (FIES, SESI e IEL)

3.10. Despesas Antecipadas

Correspondem aos valores pagos pela contratação de seguros, assinaturas de periódicos e outras despesas que são apropriadas nas contas de resultado, mensalmente, observando o período de vigência do contrato.

3.11. Depósitos para Recursos Judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados pelo valor original e possuem passivos correspondentes, a menos que, ocorra desfecho desfavorável da questão.

Existem situações em que a Entidade questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo

3.12. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da correspondente depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas anuais, levando em consideração as taxas anuais determinadas pela legislação fiscal, aplicadas a razão de 100% do valor do ativo, visto que, a Entidade não adota a política de considerar o valor residual do bem.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os terrenos e os bens cedidos não são depreciados.

As principais taxas de depreciação anuais são.

<u>Categoria de Ativos</u>	<u>Taxas Anuais</u>
Imóveis	2%
Mobiliário, Máquinas e Equipamentos	10%
Equipamentos de comunicação	10%
Veículos e Equipamentos de Informática	20%

3.13. Férias, 13º Salário e Encargos

O montante de férias e encargos sobre férias a pagar foi calculado, com base na legislação trabalhista vigente, considerando o período aquisitivo de cada funcionário.

3.14. Provisão para riscos

As provisões para riscos de perdas em causas cíveis, trabalhistas e fiscais, são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida), resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Na avaliação das causas para efeito de risco de perda provável, consideram-se as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, o julgamento dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas anualmente e ajustadas nas circunstâncias julgadas necessárias, em função de prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais, identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Os processos judiciais da Instituição são avaliados e revisados periodicamente, com base em pareceres da assessoria jurídica interna, sendo registrados contabilmente de acordo com as regras estabelecidas pela NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que estabelece que uma provisão deva ser reconhecida quando: (a) a Instituição tem uma obrigação presente como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança.

3.15. Demais Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.16. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

3.16.1 Receitas Correntes: estão compostas pelas receitas de atividades próprias, tais como:

(a) Receitas de contribuição: representa a arrecadação compulsória direta e indireta. As empresas contribuintes da indústria recolhem ao SENAI, 1% sobre o montante da remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos seus empregados. Além da contribuição compulsória, o SENAI tem uma contribuição adicional correspondente a 20% sobre a contribuição de 1%, devida apenas pelas empresas que têm mais de 500 empregados.

São arrecadadas e fiscalizadas, em regra, pela Receita Federal do Brasil, juntamente com as Contribuições Sociais Previdenciárias.

Estão apropriadas mensalmente, pelo regime de competência, utilizando as informações do Departamento Nacional, com base nas informações da GEAF – Gerência de Arrecadação e Fiscalização, e ajustadas pelo valor recebido.

(b) Transferências Correntes: referem-se a receitas de auxílios mínimo, especial e financeiro, e subvenções especiais e ordinárias, repassados pelo SENAI-DN, para o desenvolvimento de projetos voltados à consecução dos objetivos institucionais da Entidade.

(c) Receitas e despesas financeiras: representam juros e variações monetárias e cambiais ativas/passivas decorrentes de empréstimos, aplicações financeiras, e descontos obtidos de fornecedores. São reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

(d) Receitas de Capital: consolidam os registros de empréstimos obtidos, subvenções e auxílios, com a finalidade de execução orçamentária, e da alienação de bens

3.16.2 Despesas Operacionais: consolidam os gastos realizados pela Entidade na manutenção de suas atividades, classificáveis como Despesas Correntes, Despesas de Capital e Variações Patrimoniais/Financeiras, dependentes ou não da execução orçamentária.

(a) Despesas Correntes: consolidam os gastos realizados pela Entidade na manutenção de suas atividades, classificáveis como aplicação direta e como transferências correntes.

(b) Despesas de Capital: consolidam os gastos incorridos e as provisões, classificáveis como aplicações diretas, investimentos e inversões financeiras, e como de transferências de capital, com a finalidade de execução orçamentária.

3.17. Instrumentos financeiros

3.17.1 Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração: ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, receitas a receber – arrecadação e departamento conta movimento.

Recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros: a Entidade avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

3.17.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração: passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Entidade incluem contas a pagar a fornecedores, contas a pagar, empréstimos e financiamentos e departamento conta movimento.

Mensuração subsequente: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado, no momento da baixa dos passivos, bem como, durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Empréstimos e Financiamentos: os empréstimos e financiamentos são mensurados inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, conforme o período de amortização total da transação.

3.17.3 Operações com instrumentos derivativos

A Entidade não opera com instrumentos derivativos.

3.18. Tributos e Contribuições

A Entidade, nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, na condição de prestadora de serviços sociais autônomos, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais.

No que se refere à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Entidade não apura lucro, portanto, não está sujeita às regras da Lei nº 7.689/88, nos termos do art. 15, § 1º, da Lei nº 9.532/97 e IN RFB 1.234/2012, art. 4º, inciso VI.

A contribuição para o PIS/PASEP é calculada sobre a folha de salários, de acordo com o Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002, artigo 9º, inciso VI. Conforme Incisos I e II, art. 46 deste Decreto, as Entidades relacionadas no artigo 9º, inseridos os serviços sociais autônomos, não contribuem para o PIS/PASEP sobre faturamento e são isentas da COFINS.

Em dezembro/2020, o SENAI-DR/SE impetrou junto à União Federal, Ação Ordinária com pedidos de repetição do indébito com tutela provisória de urgência, conforme processo nº 0805792-33.2020.4.05.8500. A presente ação demanda para que seja reconhecida a ausência de relação jurídico-tributária do autor na arrecadação das contribuições sociais, em especial, as Contribuições Previdenciárias Patronais previstas no artigo 22, incisos I, II, III e IV da Lei nº 8.212/91 e a Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS.

A partir de outubro/2023 a entidade deixou de fazer os recolhimentos dessas contribuições sociais, em virtude do reconhecimento judicial da inexistência jurídico-tributária que transitou em julgado em 02/02/2023.

3.19. Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- ✓ Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ✓ Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

3.20. Continuidade Operacional

As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração de acordo com a base contábil de continuidade operacional, ou seja, com base no pressuposto de que a Entidade está operando e continuará a operar em futuro previsível e de que a Administração não pretende liquidar a Entidade ou interromper as operações; e envolveu o julgamento, em determinado momento, sobre resultados futuros inerentemente incertos de eventos ou condições.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Constitui-se das contas correntes e aplicações financeiras de liquidez imediata, e estavam assim compostos:

Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Caixa	18.000,00	16.000,00
Caixa	18.000,00	16.000,00
Banco		
Banco do Brasil	45.991,87	6.006,66
Caixa Econômica Federal	1.821,63	649,97
Banco Bradesco	7.619,27	5.259,30
Total Conta Movimento	55.432,77	11.915,93
Banco do Brasil Poupança (10134809-4)	2.634,85	2.462,29
Banco do Brasil Poupança (10004809-7)	1.447,60	1.352,48
Caixa Econômica Federal Poupança (0007391478-6)	73.539,24	68.717,38
Caixa Econômica Federal Poupança (0007391477-8)	75.975,62	70.993,72
Total Poupança	153.597,31	143.525,87
Banco do Brasil CDB DI (4809-7)	20.461.552,00	13.895.647,56
Banco do Brasil CDB DI (124809-7)	71.814.661,16	62.967.051,80
Banco do Brasil CDB (125100-7)	2.933.784,49	1.945.806,64
Banco do Brasil CDB (125200-3)	224.006,89	173.129,76
Banco do Brasil CDB (125300-x)	7.947.832,51	5.185.990,00
Banco do Brasil CDB (125400-6)	1.740.900,20	1.042.637,06
Caixa Econômica Federal CDB FLEX (00900508-9)	-	90.158.524,87
Caixa Econômica Federal CDB FLEX (1625-2)	-	3.321.830,66
Caixa Econômica Federal CDB FLEX (000577507582-6)	106.345.062,13	-
Caixa Econômica Federal FI CNI (000577507582-6)	3.675.742,92	-
Total CDB	215.143.542,30	178.690.618,35
Total de Aplicações	215.297.139,61	178.834.144,22
Total	215.370.572,38	178.862.060,15

5. Créditos a receber

Créditos a Receber	2024	2023
Clientes (i)	3.731.484,23	3.475.644,92
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (ii)	(1.009.456,80)	(117.446,62)
Adiantamentos a Empregados (iii)	639.855,96	647.054,46
Departamento Conta Movimento (iv)	216.067,30	118.971,46
Receitas a Receber (v)	5.641.829,63	4.802.839,26
Contas Correntes Ativas (vi)	431.897,80	656.463,41
Depósitos em Garantia (vii)	93.617,43	93.617,43
Total	9.745.295,55	9.677.144,32

(i) Os créditos a receber são registrados pelo valor original de realização, oriundos das operações de prestação de serviços nas áreas de educação e serviços técnicos e tecnológicos com os clientes pessoas físicas e jurídicas.

(ii) A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no normativo da entidade, o qual determina constituição de provisão para perda com base de 100% (cem por cento) para os títulos vencidos a mais de 180 dias.

(iii) Os adiantamentos a empregados são em decorrência das férias, 13º salário e despesas de viagens.

(iv) As operações com o Departamento Nacional e os Regionais são oriundas das contribuições sociais compulsórias, auxílios financeiros e reembolso de despesas (cobrança por aviso de lançamento).

(v) As receitas a receber são provenientes das contribuições das arrecadações direta e indireta (compulsórias) e dos auxílios reconhecidos pelo regime de competência.

(vi) As transações em conta correntes ativas são aquelas operações entre as Entidades do Sistema FIES compostas pela Federação das Indústrias de Sergipe, SENAI, SESI e IEL.

(vii) Os depósitos em garantia são valores referente ao depósito caução, conforme concorrência nº 05/2022 firmado entre o SENAI e a ECEL - ÉLETRON COMERCIALIZADORA DE ENERGIAS S.A.

5.1 Clientes

A conta clientes apresentou a seguinte composição:

	2024	2023
CETCC	643.640,91	810.569,29
CETAF/Estância	392.200,18	409.879,28
CETAF/AJU	1.326.334,78	1.750.403,65
CETICC	205.025,48	160.408,80
GET - STT	-	24.444,22
Cartão de Crédito	120.078,59	121.447,58
Multas Contratuais	1.946,74	18.969,89
Clientes RM	32.800,75	62.075,59
Clientes - Devedores Duvidosos	1.009.456,80	117.446,62
Total	3.731.484,23	3.475.644,92

5.2 (-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

A conta de Perdas Estimadas apresentou a seguinte composição:

	2024	2023
CETCC	240.600,51	55.026,76
CETAF/Estância	97.552,83	3.380,00
CETAF/AJU	588.297,67	32.517,52
CETICC	82.585,79	26.522,34
RM	420,00	-
Total	1.009.456,80	117.446,62

5.3 Adiantamento a empregados

Os adiantamentos a empregados tinham a seguinte composição:

	2024	2023
Adiantamentos de Salários	7.018,93	-
Adiantamentos de Férias	632.837,03	647.054,46
Total	639.855,96	647.054,46

5.4 Receitas a receber

Esse subgrupo era composto por:

	2024	2023
Cota Mensal	1.595.297,20	1.262.700,32
Auxílio Mínimo	2.837.377,38	2.485.686,23
Auxílio Especial	1.209.155,05	1.054.452,71
Total	5.641.829,63	4.802.839,26

5.5 Contas correntes ativas

As contas corrente ativas estava assim composto:

	2024	2023
SESI	371.869,86	364.408,71
FIES	14.409,87	10.134,14
IEL	45.618,07	281.920,56
Total	431.897,80	656.463,41

6. Depósitos para recursos judiciais e provisões judiciais

Os depósitos e as provisões judiciais estavam assim compostas:

	2024	2023
Depósitos p/ Recursos Judiciais e Provisões Judiciais		
Provisões Trabalhistas (a)	8.456.042,72	6.134.515,15
Provisões Judiciais (i)	8.456.042,72	6.134.515,15
Depósitos Judiciais (a)	(1.609.708,04)	(866.605,62)
Depósitos Judiciais	-	(11.296.911,12)
Depósitos p/ Recursos Judiciais (ii)	(1.609.708,04)	(12.163.516,74)
TOTAL	6.846.334,68	(6.029.001,59)

(i) Constituídas com base na avaliação das assessorias jurídicas. A Entidade registrou contabilmente as ações em curso de natureza trabalhista qualificadas com probabilidade de perdas prováveis levantadas em 31 de dezembro de 2024.

(ii) Nos depósitos judiciais vinculados às provisões passivas há montante de R\$ 10.934.851,22 referente ao processo tributário do INSS Patronal e PIS s/ Folha de Salários.

A Entidade ajuizou uma ação contra a União Federal, conforme processo nº 0805791-48.2020.4.05.8500, para que seja reconhecida a ausência de relação jurídico tributária, para suspensão da arrecadação das contribuições sociais para a seguridade social, em especial:

- Contribuições Previdenciárias Patronais previstas no artigo 22, incisos I, II, e III da Lei nº 8.212/91; e
- Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS incidentes sobre a folha de salários.

Os recolhimentos desse tributos foram realizados através de depósitos judiciais até o mês de setembro/2023.

A partir de outubro/2023 a entidade deixou de fazer os recolhimentos dessas contribuições sociais, em virtude do reconhecimento judicial da inexistência jurídico-tributária que transitou em julgado em 02/02/2023.

Em dezembro/2023 a entidade reverteu a provisão constituída para essa contingência tributária no valor de R\$ 10.861.280,51 sendo R\$ 2.961.433,07 lançada na conta de Outras Receitas Correntes - Recuperação de Despesas (valores referentes aos meses de janeiro/23 a setembro/23) e o saldo de R\$ 7.899.847,44 lançada nas variações conta de Reversão de Contingências Judiciais (valores referentes ao período de novembro/2020 a dezembro/2022).

Em 31 de dezembro de 2024 a Entidade possui contingências de natureza cível qualificadas como sendo de perda possível conforme quadro abaixo:

Natureza - Perdas Possíveis	2024	2023
Trabalhistas (a)	-	1.602.072,69
Cíveis	312.727,09	335.436,96
Total	312.727,09	1.937.509,65
Depósitos Judiciais (a)	-	(4.914,00)
Total Depósitos Judiciais	-	(4.914,00)
Passivo Líquido	312.727,09	1.932.595,65

7. Imobilizado

O quadro a seguir demonstra a movimentação do imobilizado e as respectivas depreciações.

IMOBILIZADO	Custo 2023	Taxa % a.a.	Aquisição 2024	Baixas 2024	Custo 2024	Depreciação Acumulada	Valor Residual 2024
Bens Imóveis	130.126.463,66	-	-	-	130.126.463,66	(7.011.432,73)	123.115.030,93
Terrenos	70.303.813,97	0%	-	-	70.303.813,97	-	70.303.813,97
Prédios	59.822.649,69	2%	-	-	59.822.649,69	(7.011.432,73)	52.811.216,96
Bens Móveis	52.874.804,80	-	4.171.124,93	578.826,32	56.467.103,41	(42.549.746,38)	13.917.357,03
Mobiliário em Geral	3.466.583,70	10%	261.754,50	200,00	3.728.138,20	(3.284.288,13)	443.850,07
Veículos	17.048.622,50	20%	295.014,00	49.190,00	17.294.446,50	(14.436.658,00)	2.857.788,50
Máquinas e Equipamentos	18.832.717,08	10%	1.517.791,30	216.560,41	20.133.947,97	(15.222.797,78)	4.911.150,19
Equip. de Informática	13.526.881,52	20%	2.096.565,13	312.875,91	15.310.570,74	(9.606.002,47)	5.704.568,27
TOTAL	183.001.268,46	-	4.171.124,93	578.826,32	186.593.567,07	(49.561.179,11)	137.032.387,96

Os bens do imobilizado foram registrados pelo valor de aquisição e/ou construção. As depreciações são calculadas mensalmente pelo método de quotas constantes conforme taxa de depreciação dos bens que relaciona, previstas na legislação fiscal e política de patrimônio. As obras em andamento são incorporadas ao imobilizado quando de sua conclusão e/ou início de operacionalização. Durante o exercício de 2024 não houve mudanças nos critérios de métodos e taxas utilizados.

Em dezembro de 2019, a Entidade procedeu a reavaliação dos bens imóveis nas classes terrenos e prédios de seu ativo imobilizado. De acordo com o laudo técnico da empresa contratada SGL Avaliações, Perícias e Engenharia Ltda., o valor justo de terrenos e edificações (prédios) foi determinado a partir de evidências baseadas no mercado por meio de avaliações. A empresa contratada realizou pesquisas de preço no mercado, considerando a natureza e condições desses bens, utilizando-se de método específico. Em virtude da reavaliação houve o aumento nos valores dessas classes de ativo (terrenos e prédios) e foi contabilizado diretamente à conta de reservas de reavaliação no patrimônio líquido.

Enquanto o ativo é utilizado pela Entidade, parte da reserva é transferida para o resultado acumulado. Nesse caso, o valor da reserva de reavaliação a ser transferido é a diferença entre a depreciação baseada no valor contábil reavaliado do ativo e a depreciação que teria sido reconhecida com base no custo histórico original do ativo. As transferências da reserva de reavaliação para o resultado acumulado não transitam pelo resultado do período.

8. Fornecedores

São registrados as obrigações provenientes da aquisição de bens e serviços utilizados e/ou consumidos pela Entidade.

Fornecedores	2024	2023
Fornecedores - Pessoas Jurídicas	1.317.678,89	1.784.566,26
Total	1.317.678,89	1.784.566,26

9. Impostos, taxas e contribuições a recolher

Esse subgrupo estava representado da seguinte forma:

Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	2024	2023
Imposto de Renda	343.479,17	313.510,24
Retenção PIS/COFINS/CSLL	25.618,36	23.403,27
ISS	17.509,01	15.468,37
INSS s/ Serviços Prestados	27.112,91	25.677,73
Total	413.719,45	378.059,61

10. Salários e encargos a pagar

Os salários e encargos a pagar estavam assim compostos:

Salários e Encargos a Pagar	2024	2023
Vencimentos a Pagar - Valor Líquido	6.544,57	-
INSS s/ Folha	149.910,50	160.586,83
FGTS	231.462,25	226.499,18
Total	387.917,32	387.086,01

11. Férias, 13º Salários e Encargos

O subgrupo é composto pela provisão de férias e seus encargos.

Férias e Encargos	2024	2023
Férias	2.101.445,16	1.531.871,77
FGTS	168.113,57	122.548,06
Total	2.269.558,73	1.654.419,83

12. Empréstimos e Financiamentos – Circulante e Não Circulante

Trata-se de financiamento obtido junto ao BNDES, por intermédio do Departamento Nacional, conforme contrato de financiamento nº 12.2.0152.1, de 03 de abril de 2012, cujo valor está registrado no passivo circulante e não circulante.

Empréstimos e Financiamentos	2024	2023
Empréstimos e Financiamentos - BNDES - Circulante	1.078.797,10	1.065.309,28
Empréstimos e Financ. Op. Externas BNDES - Não Circulante	3.472.416,47	4.498.409,16
Total	4.551.213,57	5.563.718,44

A Resolução nº 515/2011 de 29 de novembro de 2011, aprovou a celebração com o BNDES de contrato de financiamento para a implantação do Programa SENAI de Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira.

A celebração do "contrato mãe", gerido através do Departamento Nacional com o BNDES contempla o valor total do financiamento de R\$ 1,5 bilhões, com prazo de 3 anos de carência para pagamento do principal e a sua amortização em 12 anos. A taxa de juros nominal de TJLP + 1,4% ao ano, sendo pagos a partir do recebimento de cada parcela do empréstimo.

O pagamento do empréstimo, juros e amortização será realizado pelo Departamento Nacional a cota de 76% e pelo Departamento Regional de Sergipe a cota de 24%.

O Departamento Regional de Sergipe participa do Programa através da aquisição de 06 unidades móveis, adquiridas pelo Departamento Nacional e repassadas para este Regional. Não houve recebimento financeiro, o SENAI-DR/SE recebeu os bens móveis e registrou em seu ativo imobilizado reconhecendo a dívida.

Em virtude da mudança da metodologia de contabilização, o SENAI-DR/SE reconheceu em sua contabilidade o montante original de R\$ 10.870.000,00, a título de empréstimo a pagar.

No quadro a seguir estão demonstrados os valores por aditivo e os respectivos saldos do empréstimo:

Aditivos	Valor do Empréstimo	Saldo da dívida em 31/12/2023	Valor do Empréstimo Atualizado	Amortização DN	Amortização DR	Saldo da dívida em 31/12/2024
1º	1.285.000,00	479.649,47	1.366.965,65	767.226,30	242.281,99	357.457,37
2º	1.590.000,00	694.825,09	1.705.143,90	881.791,63	278.460,55	544.891,73
3º	1.795.000,00	855.017,23	1.931.919,26	946.327,11	298.840,18	686.751,96
4º	2.800.000,00	1.441.667,56	3.019.826,49	1.397.471,36	441.306,74	1.181.048,39
5º	3.400.000,00	2.092.559,09	3.689.332,51	1.450.283,98	457.984,41	1.781.064,12
Total	10.870.000,00	5.563.718,44	11.713.187,80	5.443.100,38	1.718.873,87	4.551.213,57

13. Contas correntes passivas

Referem-se aos valores das operações relativas às despesas comuns realizadas entre o SENAI/DR-SE e as demais entidades do sistema (FIES, SESI e IEL), como também as devoluções de recursos aos clientes em virtude de cancelamentos de cursos e valores recebidos para a realização de projetos.

A rubrica de "Departamento - Recolhimento Direto" refere-se ao repasse de 15% para o SENAI - Departamento Nacional, sobre os recursos oriundos da arrecadação direta.

Contas Correntes Passivas	2024	2023
Cancelamentos de Cursos	638,33	638,33
FIES - Federação das Indústrias	104.617,33	65.150,38
SESI - DR/SE	20.025,76	40.689,69
IEL - Instituto Euvaldo Lodi	89.874,00	201.525,06
Projeto 335307 - Ampliação Fortalec Risco e Compliance	17.619,04	-
Departamento - Recolhimento Direto	201.702,16	202.089,24
Total	434.476,62	510.092,70

14. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido estava representado pelo patrimônio social, saldo do exercício e a reserva de reavaliação.

Patrimônio Líquido	2024	2023
Patrimônio Social	214.077.461,76	175.067.628,45
Saldo do Exercício	24.262.000,64	38.003.017,42
Reserva de Reavaliação	107.618.625,53	108.625.441,42
Total	345.958.087,93	321.696.087,29
Orçamentárias	2024	2023
Receitas Correntes	71.065.905,83	70.947.241,35
Receitas de Capital	1.100.045,54	1.127.927,47
Despesas Correntes	(40.223.633,04)	(38.447.927,89)
Despesas Capital	(5.113.616,89)	(10.939.857,78)
Superávit Orçamentário (a)	26.828.701,44	22.687.383,15
Variações Patrimoniais / Financeiras	2024	2023
Variação Patrimonial Ativa	5.516.677,04	12.755.541,32
Variação Financeira Ativa	2.743.346,45	9.809.208,68
Variação Patrimonial Passiva	(5.875.296,86)	(6.614.990,05)
Variação Financeira Passiva	(4.951.427,43)	(634.125,68)
Superávit Financeiro (b)	(2.566.700,80)	15.315.634,27
Superávit do Exercício (a) + (b)	24.262.000,64	38.003.017,42

(i) A Entidade contabilizou no exercício do ano 2023 a reversão de provisão no valor de R\$ 7.899.847,44 referente as parcelas das contribuições sociais INSS patronal e Pis nas variações na conta de Reversão de Contingências (valores referentes ao período de novembro/2020 a dezembro/2022).

O superávit do exercício do ano de 2023 foi influenciado pela reversão da contingência tributária no montante de R\$ 10.861.280,51. Sendo R\$ 2.961.433,07 lançada na conta de Outras Receitas Correntes - Recuperação de Despesas (valores referentes aos meses de janeiro/23 a setembro/23) e o saldo de R\$ 7.899.847,44 lançada nas variações na conta de Reversão de Contingências Judiciais (valores referentes ao período de novembro/2020 a dezembro/2022).

15. Receitas de contribuições

As receitas de contribuições estavam compostas da seguinte forma:

Receitas de Contribuições	2024	2023
Diretas	6.003.344,30	6.175.425,27
Indiretas	11.247.103,85	9.295.620,39
Total	17.250.448,15	15.471.045,66

16. Receitas Financeiras

As receitas financeiras contemplam as receitas, estimativas e apropriações mensais dos recursos provenientes de locação de imóveis, arrendamento e das aplicações financeiras (juros e caderneta de poupança).

Receitas Financeiras	2024	2023
Receitas Imobiliárias	475.007,50	146.110,00
Receitas de Valores Mobiliários	20.166.575,79	20.455.743,62
Total	20.641.583,29	20.601.853,62

17. Receitas de serviços e vendas

As receitas de serviços são constituídas pela prestação de serviços tecnológicos, serviços de consultoria e assistência técnica, serviços administrativos, serviços educacionais e serviços laboratoriais.

Receitas de Serviços	2024	2023
Serviços Técnicos e Tecnológicos	161.340,80	184.690,64
Serviços de Consultorias	433.000,00	296.030,00
Serviços Educacionais	7.272.247,80	5.668.907,75
Serviços Administrativos	-	2.249.836,80
Total	7.866.588,60	8.399.465,19

18. Outras receitas correntes

As outras receitas correntes são provenientes das receitas com recuperação de despesas, multas e juros de mora, descontos obtidos, indenizações e restituições.

Outras Receitas Correntes	2024	2023
Recuperação de Despesas	36.592,39	3.021.673,34
Multas e Juros de Mora	1.167.729,88	68.998,21
Descontos Obtidos	53.373,95	11.918,00
Indenizações e Restituições	14.081,64	33.712,65
Total	1.271.777,86	3.136.302,20

(i) A Entidade no exercício do ano de 2023 registrou contabilmente a título de recuperação de despesas o valor de R\$ 2.961.433,07 referente as parcelas das contribuições sociais INSS patronal e Pis provisionadas no exercício e revertidas conforme decisão judicial.

19. Transferências correntes – Receitas

As receitas de transferências correntes foram:

Transferências Correntes	2024	2023
Auxílios Mínimos	16.655.673,59	15.094.007,41
Auxílios Especial	7.057.765,56	6.368.388,49
Apoios Financeiros	322.068,78	1.876.178,78
Total	24.035.507,93	23.338.574,68

20. Receita de capital

Receitas de Capital	2024	2023
Alienação de Bens	20.000,00	-
Auxílios Extraordinários	1.080.045,54	1.127.927,47
Total	1.100.045,54	1.127.927,47

21. Despesas de pessoal e encargos

As despesas com pessoal e encargos sociais são referentes às remunerações das pessoas que integram o quadro de funcionários, empregados temporários, e com o pagamento dos encargos trabalhistas e assistenciais pertinentes.

Despesas de Pessoal e Encargos	2024	2023
Ordenados e Salários	17.567.071,62	16.820.589,67
Encargos Trabalhistas	7.034.801,51	8.431.927,79
Encargos Assistenciais	16.104,06	27.205,92
Bolsa e Estágio	282.615,73	345.712,33
Total	24.900.592,92	25.625.435,71

22. Serviços de Terceiros - Despesas

As despesas com serviços de terceiros estavam compostas da seguinte forma:

Serviços de Terceiros	2024	2023
Assessoria e Consultoria	287.727,18	461.102,17
Auditoria	34.056,26	27.615,00
Informática	1.071.274,57	835.530,10
Médicos e Laboratoriais	7.918,30	10.969,24
Publicidade e Propaganda	353.079,36	302.936,95
Serviços de Limpeza e Conservação	1.206.086,47	899.509,08
Manutenção e Reparos de Bens Móveis	249.202,08	362.183,12
Segurança e Vigilância	941.500,91	801.256,24
Locação de Máquinas e Equipamentos	31.957,37	-
locação de Veículos	19.842,05	8.000,00
Assinaturas de Periódicos	1.813,67	2.121,12
Seguros	21.847,12	18.094,24
Serviços Gráficos	279.636,05	177.358,70
Serviços de Comunicação em Geral	78.371,08	90.424,48
Técnicos Especializados	144.978,43	99.540,90
Fretes	48.240,61	44.591,07
Reversão de Contribuição às Indústrias	240.225,81	248.409,09
Transportes Urbanos	73.357,69	47.266,27
Despesas de Alimentação	388.888,84	259.511,13
Treinamento e Ações de Capacitação	2.626,48	251.535,77
Aquisição de licenças de uso de Softwares	465.569,35	530.719,87
Outros Serviços de Terceiros	1.648.687,40	1.152.858,95
Total	7.596.887,08	6.631.533,49

23. Transferências correntes - Despesas

As despesas com transferências correntes estavam compostas da seguinte forma:

Transferências Correntes	2024	2023
Contribuição Federações	172.504,49	154.710,46
Contribuição IEL Núcleos Regionais	777.267,48	721.275,00
Total	949.771,97	875.985,46

24. Despesas de capital

As despesas de capital são compostas pelos investimentos, inversões financeiras e amortizações:

Despesas de Capital	2024	2023
Investimentos	4.061.609,93	9.895.717,69
Inversões Financeiras	1.958,88	1.984,60
Amortizações	1.050.048,08	1.042.155,49
Total	5.113.616,89	10.939.857,78

24.1. Investimentos

	2024	2023
Bens Móveis	4.061.609,93	9.895.717,69
Mobiliário Geral	261.754,50	72.495,00
Veículos	185.499,00	3.017.660,00
Máquinas e Equipamentos	1.517.791,30	2.309.533,65
Equipamentos de Informática	2.096.565,13	4.496.029,04
Total	4.061.609,93	9.895.717,69

25. Seguros

Os seguros contratados são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros relacionados à garantia de valores e bens de propriedade da Entidade.

Seguradora	Tipo do bem	Modalidade de seguro	Vigência	Importância segurada
Seguros Sura S/A	Móvel	Convencional	24/10/2023 a 24/10/2024	100% FIPE
Seguros Sura S/A	Móvel	Convencional	24/10/2024 a 24/10/2025	100% FIPE

26. Gerenciamento de Riscos

O Programa de Integridade do SENAI Sergipe tem como objetivo criar e proteger valores da organização para as nossas partes interessadas demonstrando que a organização possui mecanismos para o cumprimento de tal objetivo.

Como forma garantir esse cumprimento o SENAI Sergipe implantou a gestão de riscos, o programa de Compliance, disseminação do código de ética, constante manutenção do site da transparência e canais de comunicação com a sociedade para solicitação de informações, reclamações e denúncias.

Esse programa serve para prevenir, detectar e responder aos desvios de conduta. O foco é manter a instituição em conformidade com as leis, processos e regulamentos com o intuito de prevenir fraudes, práticas ilegais, antiéticas ou irregularidades dentro da organização.

O Programa de Compliance do SENAI Sergipe tem como missão garantir que todos os colaboradores cumpram normas, leis e regulamentos, dando o suporte necessário às unidades operacionais e às demais áreas para que elas atuem em conformidade e realizar suas atividades de forma íntegra e ética.

A Política de Gerenciamento de Riscos do SENAI Sergipe estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades para a gestão de riscos e controles internos em todas as operações e processos da empresa. O objetivo é garantir a sustentabilidade, eficiência e proteção dos interesses da organização, promovendo a cultura de conscientização e ação preventiva diante dos riscos.

Com vistas a aprimorar o Sistema de Controle Interno e o processo de Governança Corporativa no âmbito do Departamento Nacional e Regionais, o Conselho Nacional do SENAI, através da Resolução SENAI/CN 18/2019, determinou a implantação dos Programas de Compliance.

Vale ressaltar, que quando dessa determinação, o regional SENAI Sergipe, já dispunha de uma estrutura e ferramentas de conformidade e controle, vejamos:

- ✓ Auditoria Contábil Externa Independente;
- ✓ Área de Auditoria Compartilhada Interna - implantada em 2005;
- ✓ Gerência Compartilhada de Controladoria - incorporada em 2008, assegura o controle dos processos;
- ✓ O Código de Conduta e o Comitê de Conduta Ética – em 2016;
- ✓ O Portal da Transparência e SAC – 2017, atendimento ao acórdão do TCU 699/2016;
- ✓ Ouvidoria - 2018;
- ✓ Estrutura de processos e procedimentos - 2018;
- ✓ Mapeamento de Riscos Operacionais para todos os processos - 2018;
- ✓ Procedimento de Gestão de Riscos - 2018;
- ✓ Política de Segurança da Informação - 2018;
- ✓ Software CRM - proporciona a integração do SAC com a Ouvidoria – 2019;
- ✓ Alinhamento da Ouvidoria com o SAC através da ferramenta CRM - 2020;
- ✓ Designação através de Portaria dos membros do Comitê de Governança, Compliance e Ética - 2021;
- ✓ Criação Rede Colaborativa de Compliance no âmbito da CNI/SESI/SENAI Nacional com abrangência aos regionais - 2022;
- ✓ Reimplantação do Sistema de Riscos baseado na metodologia da Gestão de Riscos da ISO 31.000 - 2023;

- ✓ Atualização da Portaria do Comitê de Conduta e Ética - 2024;
- ✓ Reavaliação dos riscos mapeados e capacitações de colaboradores com a equipe de riscos - 2024.

Após essa determinação, fez parte das prioridades do regional, o incremento do modelo de gestão de riscos, trabalhado através das trocas de experiências e capacitações realizadas por intermédio da Rede Colaborativa de Compliance e Integridade. Onde foi adquirido para melhorar o gerenciamento do processo, com apoio do Departamento Nacional um software de Gestão de Riscos chamado – GRC AUDIXPRESS do fornecedor Perinity.

E como resultado do aprendizado da Capacitação desse curso, iniciou-se, ainda em 2022, após a reestruturação da equipe, a reimplantação do Sistema de Riscos, com a oportunidade de revisar a estrutura de governança interna e a metodologia inicial do processo, passando a adotar a norma da ABNT NBR ISO 31000: 2018, que passa a contar com a comunicação entre áreas, a consulta, o estabelecimento do contexto, o escopo, a avaliação, o tratamento, o monitoramento, a análise crítica, o registro e o relato de riscos.

Para isto, foi criado um projeto piloto dentro da entidade, para transição da metodologia de gestão de riscos, contando com a participação de três áreas, sendo que em 2023 foi incluída mais uma área como piloto objetivando adequar os riscos existentes.

No exercício de 2024, fora dado continuidade às revisões e as reavaliações de riscos das áreas pilotos e das demais. Foram realizados treinamentos com as áreas envolvidas no uso do software, envolvendo a reanálise de riscos, a avaliação da eficácia dos riscos mapeados, além do cadastro e execução de controles e, quando necessário, a inclusão de planos de ação.

Entre as ações realizadas houve a atualização da política de gestão de riscos, que fora aprovada e divulgada na rede interna da instituição, e a execução de um Plano de Comunicação de Riscos e Compliance e a aprovação do Programa de Compliance e Integridade visando a conformidade com normas e procedimentos ao disseminar a cultura desta política entre os colaboradores da instituição.

Aracaju, 31 de dezembro de 2024.


Paulo Sérgio de Andrade Bergamini
Diretor Regional
SENAI-DR/SE


Carlos Henrique Oliveira de Jesus
Contador
CRC/SE 004492/O-9